TL 0496-7

Intervenção de Fátima Guterres

Senhoras e Senhores,
Em primeiro lugar, quero saudar a Comissão Organizadora desta Conferência sobre Timor Leste, bem como todos os ilustres participantes e convidados.

Sou timorense, cheguei a Portugal em 1987 e tenho a nacionalidade portuguesa.

Quando as forças indonésias invadriam Timor Leste, em 7 de Dzembro de 1975, eu estava em Dili, capital de Timor Leste.
Nesse mesmo dia fui para a montanha, refugiando-se com as Falintil para não sermos capturados ou mortos pelos invasores.
Antes da invasão da indonésia ao território de Timor Leste, o povo maubere tinha uma vida bastante sossegada, era alegre, hospitaleiro onde qualquer viajante encontrava sempre um canto para descansar.
O Maubere levava uma vida normal, sem medo, vivia em plena liberdade. Quando precisava deslocar-se no território, ía livremente, tanto de dia como de noite, seguindo as vias de transporte ou os atalhos, sem necessidade de nenhum documento.
A população, no interior, tinha as suas hortas longe das vilas, movimentava-se a seu bel-prazer, sem dar justificação a nenhuma autoridade, participava nas celebrações das festas tradicionais que duravam dias ou semanas, e nada lhes causava preocupação.
Nas Repartições públicas, nas empresas particulares eram os timorenses quem ocupava lugares de destaque.
Nas construções de casas, estradas, viam-se os homens nestes trabalhos pesados; no amainar das hortas também era trabalho para homens, apenas as mulheres se ocupavam de actividades domésticas e ajudavam os homens no tempo de colheita de milho ou ceifa do arroz.
Nas horas livres a mulher timorense dedicava-se à tecelagem do pano tradicional (tais manen e feton), dedicava-se à cestaria e cerâmica.

Mas a partir de 7 de Dezembro de 1975, a vida do povo maubere tornou-se diferente.
É raro ver o sorriso no rosto do timorense, sobretudo das crianças, o temor reinava e reina no coração de todos.
É ameaçado e perseguido, torturado e fuzilado, sem razão. Os que vêem do mato vivem em sobressalto contínuo, são desconfiados e acusados de estabelecerem contacto com os do mato ou de não colaborarem com as forças invasoras.
O povo não consegue fazer uma vida normal, a morte espreita-o a todo o momento e a cada esquina da rua.
Na cidade ou na aldeia, ele passa a noite sobressaltado de preocupações.
Está sempre em sentido de alerta, aguardando a hora fatal, pois sabe que durante a noite os militares indonésios costumam fazer as rusgas, em casa, para levar

o timorense para a prisão para o matar.
Estas rusgas costumam ser depois da meia-noite, sem ordem dos superiores, nas zonas que mais suspeitam...e durante a rusga dão largas à sua brutalidade para violar as raparigas ou mulheres novas, a roubar objectos de valor do pobre timorense.

Nas Repartições ou nas empresas o timorense passou para o cidadão de segunda categoria, e os lugares principais são ocupados pelos indonésios.
São eles quem controla as Rupias, e os funcionários timorenses passam meses sem receber o salário.
Quanto ao desenvolvimento, fazem escolas, hospitais, repartições, mas tudo isto só serve os seus interesses, são eles os beneficiários...pois o maubere continua a viver em palhotas, em miséria, sem estruturas sanitárias.
As escolas estão cheias dos seus filhos; os seus filhos passam sempre de ano e o timorense vai chumbando de ano para ano, e sem possibilidade de continuar os estudos nas Universidades, porque não tem bolsa de estudo.
A circulação é controlada pelos militares. O maubere na sua deslocação, é obrigado a ir munido de uma guia de marcha que se obtém com suborno, dando algum dinheiro ou um masso de tabaco.
A vida no interior está em piores condições. Os coramis (forças militarizada) controlam todas as zonas, todas as famílias são obrigadas a trabalhar ou dar algum tempo do seu trabalho para o "estado", trabalhando nas estradas, em casas públicas.
Todos os dias a partir das 18 horas, toda a população é obrigada a apresentar-se ao koramil, porque se o não fizer ou se atrazar é logo suspeito de ter ido estabelecer contacto com a resistência. Por isso, é interrogado, preso e muitas vezes fuzilado.
Por estes e outros motivos, a maioria da população deixa as suas vilas, as suas terras e refugia-se em Dili, onde a procura do emprego é mais fácil e a opressão menos.
O povo maubere, em muitos lugares, já deixou de celebrar as suas festas tradicionais (luliks) nas casas sagradas, porque os objectos sagrados desapareceram e as casas destruídas pelos invasores, pois os militares indonésios afirmam que estas celebrações são perigosas para a sua estabilidade - é que, sob o pretexto destas celebrações, o povo pode entrar em contacto com a guerrilha.
Quando há algum assalto à vila pelos guerrilheiros e se algum indonésio morrer, são as pessoas civis as vítimas - são presas e fuziladas.
Foi assim que aconteceu em 1983, em Vikeke, em Knarás Mutin.
A Teresa dos Anjos, professora primária, foi presa porque o marido, vendo-se perseguido constantemente pelos indonésios, decidiu fugir e juntar-se às forças guerrilheiras. Além da Teresa, foram também presos alguns timores e um **sacerdote.**
Os militares indonésios tentaram violar a Teresa, mas não conseguiram. Por isso, espancaram-lhe de tal maneira que o útero saíu para fora. A vítima ficou dois dias entre a vida e a morte, mas os companheiros prisioneiros conseguiram salvá-la.
O pai da Teresa foi enterrado vivo, depois de o obrigar a cavar a sua própria sepultura.

Fui também presa por algum tempo, e presenciei algumas cenas horrorosas da morte dos meus irmãos timores.
A primeira que assisti,foi a morte do meu marido, no dia 3 de Fevereiro ee 1979, em Barique, pelo Batalhão 745.
Em Março do mesmo ano, eu e a minha amiga Maria José Boavida, Secretária da Organização Popular da Mulher Timor, estávamos presas em Alas. Levadas de helicóptero para Barique, durante o percurso baixaram o voo, cerca de 10 metros de altura e empurraram a Maria José para fora do aparelho.
Até à data não sei do paradeiro dela.
Durante o tempo qua me forçaram a acompanhar o batalhão 745, nas operações de limpeza que faziam para a captura da população e das Falintil, ainda presenciei várias mortes.

Enquanto durou a minha presença neste batalhão (745), quase todos os dias via morrer, melhor digo, via matar a população que era capturada.
Quando se tratava de algum guerrilheiro, antes de o matar, torturavam-no, cortavam aos poucos e até usavam-no como alvo de treino.
Num assalto que efectuaram, mataram à rajada uma família de seis pessoas, mas um bebé de três ou quatro meses não morreu, então pegaram no bebé, colocaram a boca da criança nos peitos da mãe, sem vida, e aí deixaram-na ficar.

No interior, a mulher é obrigada a trabalhar gratuitamente nas estradas, ausentar-se da casa por muitos dias, deixando os filhos sem cuidados, sem sustento.
Enquanto a mulher vai trabalhar nas estradas, o marido é obrigado a acompanhar os soldados para as operações militares.

É assim, um pouco da vida do povo maubere. É um contínuo pesadelo. É um sofrimento sem vias de alcançar fim.
Por isso, agradeço, e faço um apelo a todos os presentes para que apoiem a luta do Povo Maubere e não se esqueçam de fazer algo de positivo para qua o Timor Leste encontre Paz.
Peçam ao Presidente da República bem como ao Governo e ao Primeiro Ministro para que não deixem morrer o problema do nosso Povo.